Arte | Educação | Performance
Filosofia | História | Interdisciplinar | Linguística |

Volume 2026
ISSN 2319-0868

DE ALMAS E ÁGUAS KUNHÃS: RESISTÊNCIA E IDENTIDADE INDÍGENA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO[1]

OF SOULS AND KUNHÃ WATERS: INDIGENOUS RESISTANCE AND IDENTITY IN CONTEMPORARY BRAZIL

DE ALMAS Y ÁGUAS KUNHÃS: RESISTENCIA E IDENTIDAD INDÍGENA EN EL BRASIL CONTEMPORÁNEO

Lilian Pinto Ramalho
Nove de julho - UNINOVE, São Paulo/SP, Brasil

Márcia Fusaro
Nove de julho - UNINOVE, São Paulo/SP, Brasil

REVISTA DA FUNDARTE

Ao mergulhar na obra *De almas e águas kunhãs* (2023), de Márcia Wayna Kambeba, esta resenha propõe uma leitura crítica centrada nos eixos de resistência e identidade indígena no Brasil contemporâneo. A análise explora ensaios e poemas que articulam o conceito de corpo/território, o papel dos grafismos como espaço de linguagem ancestral e a representatividade política das mulheres indígenas.

Considera-se a dimensão verbo-visual da obra, buscando contextualizar as narrativas da autora no cenário da literatura indígena atual e da crítica decolonial latino-americana. Nesse percurso, pretende-se refletir sobre como Kambeba articula memória, ancestralidade e pertencimento como formas de resistência poética diante das múltiplas violências históricas impostas aos povos originários.

Essa resistência poética se anuncia já no título da obra. *Kunhã*, termo tupi-guarani que significa mulher indígena, revela desde o início o eixo político-poético que orienta a escrita de Kambeba. A escolha dessa palavra ancestral evoca a força feminina dos povos originários e orienta toda a construção poética da obra, marcada por resistência, memória e afirmação cultural.

Nascida na aldeia Belém do Solimões, do povo Tikuna, no Amazonas, Kambeba é geógrafa, poeta, escritora e ativista, destacando-se como uma das vozes mais potentes e relevantes da literatura indígena contemporânea. Sua

[1] Resenha de KAMBEBA, Márcia Wayna. De almas e águas kunhãs, São Paulo: Jandaíra, 2023.

RAMALHO, Lilian Pinto; FUSARO,Márcia. DE ALMAS E ÁGUAS KUNHÃS: RESITÊNCIA E IDENTIDADE INDÍGENA NO BRASIL. **Revista da FUNDARTE**. Montenegro, Volume 2026, Ano 2026. Disponível em: https://seer.fundarte.rs.gov.br

Volume 2026
ISSN 2319-0868

trajetória é marcada pela valorização dos saberes ancestrais e pela defesa dos direitos dos povos originários, tornando-se uma referência na luta pela educação e uma geografia descolonial. Em sua obra, reafirma o protagonismo das mulheres indígenas, transformando a poesia em instrumento de denúncia, pertencimento e cura.

No livro *De almas e águas kunhãs* (2023), a autora apresenta ensaios e poemas que destacam o povo Omágua – Kambeba e o papel das mulheres indígenas. Com uma escrita marcada pela ancestralidade, ela mostra a força dessas mulheres e a importância da cultura e da história de seus povos ao longo das páginas em que a linguagem poética se intercala a belos grafismos também produzidos pela autora.

A literatura indígena no Brasil, como reitera Munduruku (2025), não deve ser compreendida como derivada ou marginal em relação à tradição ocidental, mas como forma de narrar o mundo a partir da cosmovisão dos povos originários. Para ele, a escrita indígena dá continuidade à oralidade e à ancestralidade, tornando-se resistência. Tal concepção se concretiza na prática literária de Kambeba, cuja produção reafirma a coletividade e a resistência dos povos originários por meio da linguagem.

A presença de autores indígenas tem conquistado cada vez mais espaço no circuito literário, sendo publicada por editoras consagradas, ou seja, de grande impacto midiático, rompendo com estereótipos historicamente impostos e oferecendo acesso a narrativas autênticas que contestam a visão colonialista, ampliando o repertório cultural brasileiro. Dessa forma, autores como Kambeba trazem em suas obras as experiências de seus povos, estabelecendo um contraponto com a historiografia “oficial” ainda disponibilizada nos espaços educacionais e difundida nas mídias convencionais e sociais.

Nesse contexto, o livro *De almas e águas kunhãs* se destaca como um belo referencial, abordando temas frequentemente mal interpretados ou disseminados de forma equivocada. Com uma proposta estética original, a edição valoriza a potência verbo-visual, especialmente nos grafismos criados pela autora, que combinam texto e imagem e reforçam a cosmovisão indígena. Ao articular ensaios, poemas e

Volume 2026
ISSN 2319-0868

grafismos, a obra convida à reflexão sobre a luta das mulheres indígenas, as questões ambientais e a inclusão das vozes indígenas nas políticas públicas, na educação, na cultura e nos direitos humanos.

A obra se divide em quatro partes: Violência que não define; Identidade de Luta e Resistência; na Aldeia e na Cidade; Terra Tekoha[2], com capítulos articulados de maneira coesa e interdependente. Essa estrutura vai além da organização temática, sendo atravessada por grafismos que se conectam estética e simbolicamente à narrativa.

Segundo Vidal (2000), os grafismos indígenas estão longe de serem empregados como meros ornamentos visuais: cada traçado traduz relações sociais, rituais e afetivas, funcionando como acesso à linguagem ancestral que comunica saberes, corpo/território e mundo espiritual, reforçando a cosmovisão indígena na construção da narrativa verbo-visual. Assim, a leitura da obra transcende o texto escrito, pois seus poemas e grafismos poéticos funcionam como inscrições de resistência e preservação da identidade indígena. A autora convida o leitor a uma imersão criticamente sensível nos modos de existência dos povos originários, especialmente das mulheres indígenas, cujas trajetórias acabam se entrelaçando ao longo dos capítulos.

Um dos pilares do livro *De almas e águas kunhãs* se relaciona à noção de corpo/território, conceito que transcende a delimitação geográfica para se constituir como espaço de existência, memória e resistência. Kambeba reafirma que, para os povos indígenas, corpo/território são inseparáveis, formando uma unidade sagrada que define identidade e ancestralidade. Essa conexão é fundamental para compreensão das lutas indígenas contemporâneas, pois a violação do território representa, simultaneamente, a violação do próprio corpo e da dignidade do sujeito indígena. A autora enfatiza que a luta pela preservação das terras indígenas é, em essência, uma luta pela preservação dos corpos, das culturas e das memórias ancestrais, evidenciando o entrelaçamento entre território, espiritualidade e resistência.

[2] Segundo Mura (2004), *tekoha*, termo da língua guarani, significa "lugar do ser/viver": um espaço existencial de pertencimento, onde se forja a identidade coletiva e se exercem modos próprios de vida. Mais do que uma simples localização física, trata-se de um território de práticas, saberes e resistência.

Volume 2026
ISSN 2319-0868

O livro apresenta uma abordagem sensível sobre a profunda conexão dos povos indígenas com a natureza. A floresta, os rios, os animais e os ciclos naturais não são tratados como recursos ou paisagens, mas como uma extensão do corpo indígena, e sua degradação representa uma ferida profunda na identidade e na espiritualidade dos povos originários.

As mulheres indígenas ocupam um papel de destaque na obra, revelando sua importância no contexto dos povos originários. São elas as guardiãs da vida, da cultura e da resistência, portadoras da força ancestral e da sabedoria transmitida por gerações. A autora evidencia como essas mulheres desempenham funções essenciais na preservação dos saberes tradicionais, na educação comunitária e na luta por direitos.

Dessa forma, a luta pela terra está ligada à luta pela autonomia e pelo reconhecimento das mulheres indígenas, marginalizadas tanto pela sua etnia quanto pelo seu gênero. O livro denuncia essas opressões, mas também destaca a capacidade dessas mulheres de recriar espaços de pertencimento e de manter vivas as práticas e saberes ancestrais em todos os contextos, seja na aldeia ou na cidade.

Ao longo da obra são revelados episódios brutais de extermínios de aldeias inteiras, cujos autores das atrocidades foram transformados em símbolos de homenagem, tendo seus nomes atribuídos a ruas, avenidas e monumentos. Um exemplo emblemático dessa memória pública controversa é o monumento em homenagem ao bandeirante Borba Gato, instalado na cidade de São Paulo. Embora frequentemente exaltado como herói nacional, Borba Gato esteve envolvido em atos de extrema violência, como homicídios e estupros contra mulheres indígenas. Como observa Waldman (2018, p.30), “[...]o bandeirante se destaca até hoje como uma presença incontornável em São Paulo, metrópole que o próprio personagem ajuda a produzir[...]”. Essa celebração contraditória evidencia como a memória oficial, muitas vezes, silencia ou distorce a violência colonial, perpetuando narrativas que ignoram o sofrimento dos povos originários.

Diante disso, o leitor é convidado a refletir sobre como somos conduzidos a um apagamento histórico sistemático e sobre a necessidade de promover uma

Volume 2026
ISSN 2319-0868

revisão crítica da história nacional, reconhecendo e reparando as injustiças cometidas contra os povos indígenas.

Kambeba aborda como a linguagem pode se transformar tanto em um instrumento de opressão quanto de resistência. Ela nos convida à reflexão sobre frases utilizadas no cotidiano que, embora pareçam inofensivas, carregam as violências ocorridas durante a colonização, além de perpetuarem estereótipos ainda presentes na sociedade brasileira. Um exemplo contundente é a frase “tenho ascendência indígena porque minha avó contava que a avó dela foi pega no laço” (Kambeba, 2023, p. 14). Essa expressão, frequentemente dita com orgulho por quem reivindica ancestralidade indígena, revela como a violência colonial foi incorporada ao cotidiano por meio da linguagem, tornando-se parte naturalizada da memória familiar. Ao romantizar esse enunciado, apaga-se o sofrimento de mulheres indígenas que foram exploradas sexualmente, sequestradas e forçadas a se submeter a experiências traumáticas e inimagináveis. Assim, a frase não apenas oculta um passado de dor, mas também reforça a normalização da violência como elemento constitutivo da formação nacional.

Outro ponto abordado por Kambeba diz respeito à expressão comumente usada para questionar a identidade indígena de pessoas que vivem na cidade ou que não se “enquadram” nos estereótipos criados. Ela exemplifica esse tipo de violência simbólica ao mencionar que “Entre as várias situações constrangedoras vividas por mulheres indígenas estão frases como: ‘você não tem cara de índia’ [...]” (Kambeba, 2023, p.22). O uso da expressão “cara de índia” revela uma lógica racista e colonial que busca invalidar ou ocultar a identidade dos povos originários, restringindo-a a uma imagem ultrapassada. Essa frase, ao ser repetida no cotidiano, naturaliza a violência simbólica ao reforçar padrões coloniais de aparência e pertencimento, perpetuando a exclusão de indígenas que não se encaixam nesse imaginário.

A perspectiva colonial busca manter os povos originários presos a um passado idealizado, negando-lhes o direito ao acesso à tecnologia, educação e a outros espaços contemporâneos. Kambeba denuncia essa tentativa de silenciamento e reafirma que ser indígena não se trata de ser algo condicionado à

aparência física ou ao local de moradia, mas sim à vivência, à memória ancestral e à ligação com o corpo/território e a cultura.

Além disso, a autora também se manifesta sobre a preservação da língua e dos costumes de seu povo. Mesmo diante da imposição da língua portuguesa como ferramenta de apagamento cultural, sua avó insistiu em manter viva a língua materna, transmitindo-a às futuras gerações. Esse pequeno gesto é um ato genuíno de resistência, pois desafia todo um sistema de apagamento cultural e reafirma a diversidade que compõe a sociedade brasileira.

A obra traz uma contribuição relevante para o debate sobre a resistência e afirmação da identidade indígena no Brasil contemporâneo. Em um cenário marcado por tensões sociais, apagamentos históricos e disputas territoriais, o livro de Kambeba se destaca por oferecer uma perspectiva sensível, crítica e profundamente engajada com a realidade dos povos originários.

No poema *"Índia eu não sou",* Márcia Kambeba constrói uma escrita marcada pela materialidade da resistência, em que a página se torna território e o verso, corpo em movimento. A autora recusa o termo "índia" por carregar a dor da colonização, lembrando as imagens de invasão, estupro e apagamento: "[...] Rememora a violência sofrida /Pela espada do 'colonizador'" (Kambeba, 2023, p.24). Essa força poética articula-se com a denúncia da violência simbólica enfrentada pelas mulheres indígenas nos espaços urbanos, frequentemente questionadas por frases como: "[...] 'tem índia morando na cidade?'; 'você é descendente e já se aculturou' [...]" (Kambeba, 2023, p.22). Tais expressões revelam uma lógica colonial que tentam restringir a "indianidade" a estereótipos ultrapassados, ignorando que ela se constrói na memória, na ancestralidade e na relação com o corpo/território, dimensões que sustentam a identidade e resistência dos povos originários.

Ao aprofundar a análise detalhada do corpo/território[3] como articulação entre a dimensão física, espiritual e política do ser indígena com o espaço que ele habita, a autora propõe uma reflexão potente sobre a relação entre identidade, ancestralidade e território. Essa perspectiva é reforçada por Kambeba (2023, p.03):

[3] O conceito corpo/território, presente na critica decolonial (Segato, 2013), mostra como os corpos de mulheres indígenas, negras e periféricas são atravessados pelas mesmas violências que atingem seus territórios. Atacar a terra é ferir o corpo, apagando memórias, culturas e subjetividades.

Volume 2026
ISSN 2319-0868

"Estando na aldeia ou na cidade, a identidade não se desfaz, pois nosso corpo carrega saberes, memórias e narrativas que nos tornam pertencentes a um povo." A partir dessa compreensão, a crítica à colonialidade e a valorização do protagonismo das mulheres indígenas revelam não apenas as lutas e dificuldades enfrentadas pelos povos originários, mas também apresentam caminhos possíveis para a construção de um futuro mais justo e igualitário.

De almas e águas kunhãs enfatiza também a inserção dos indígenas na política, destacando a importância de que os povos originários sejam representados por seus próprios pares na luta por direitos. A obra ressalta, ainda, que as conquistas políticas e sociais só foram possíveis devido à representatividade, fruto de uma longa trajetória de resistência e mobilização.

Essas conquistas são resultado de décadas de luta e se concretizam, por exemplo, com a eleição de figuras como Sônia Guajajara, Célia Xakriabá e Joênia Wapichana, que hoje ocupam posições de destaque no cenário político brasileiro. Suas presenças não apenas fortalecem a voz dos povos originários nas decisões da sociedade, como também simbolizam a quebra de barreiras históricas e o fortalecimento da identidade indígena no espaço público. A atuação dessas lideranças dialoga com a produção literária comprometida de Kambeba, que por meio da escrita, também afirma a coletividade e a resistência dos povos originários.

A presença indígena na política é de suma importância, pois é a partir dela que se torna possível dar voz às demandas dos povos originários e garantir que essas reivindicações sejam ouvidas e atendidas. No entanto, a autora alerta para os desafios persistentes, entre eles a lentidão nos processos de demarcação de terras e a violência enfrentada pelas comunidades indígenas, evidenciando que o acesso a direitos fundamentais ainda permanece fragilizado.

A obra ressalta que a luta indígena não é individual, mas coletiva, e que se constrói por meio da resistência, da união e da valorização da ancestralidade. Ao destacar a importância da coletividade, especialmente na política, reafirma-se seu papel fundamental no fortalecimento da identidade, principalmente entre os indígenas que vivem em zonas urbanas. A coletividade é o eixo principal para que a comunidade possa viver com dignidade e bem-estar. Nesse contexto, as mulheres

Volume 2026
ISSN 2319-0868

indígenas reafirmam o desejo de lutar lado a lado com os homens pela conquista de direitos, reconhecimento e pela construção de uma sociedade mais igualitária.

A trajetória pessoal de autora permeia toda a obra, e seus grafismos parecem representar os elementos que entrelaçam sua experiência individual às questões enfrentadas pelos povos indígenas no Brasil. Nesse sentido, Kambeba (2023, p.91) afirma: “Antes tudo vinha da oralidade e da linguagem imagética, como desenhos feitos em rochas e grafismos que traduzem signos de comunicação entre os povos.” A autora também revela a complexidade da vivência indígena entre os espaços da aldeia e da cidade. Para ela, o lar é um porto seguro, responsável por seu aprendizado e fortalecimento identitário, pois foi em sua casa que aprendeu a valorizar sua origem, a lutar por igualdade e pelos direitos do seu povo.

A contribuição do livro para o debate sobre questões ambientais, tão urgentes na atualidade, bem como sobre os direitos dos povos indígenas, ganha cada vez mais destaque na sociedade. A obra oferece uma perspectiva original e profundamente engajada, capaz de sensibilizar e mobilizar o leitor. Trata-se de um chamado para repensar a construção de uma sociedade mais plural, justa e respeitosa com a diversidade cultural e ambiental.

A bela edição, trabalhada de forma a valorizar a potência poética verbo-visual, como nos grafismos criados por Márcia Kambeba, reforçam a cosmovisão indígena e nos deixa como reflexão não somente quanto ainda é preciso reconhecer e reivindicar os direitos dos povos indígenas, mas também sobre como este processo pode se utilizar de elementos ao mesmo tempo potentes e delicados, como este livro, para esta necessária conscientização.

Referências:

KAMBEBA, Márcia Wayna. **De almas e águas kunhãs**. São Paulo: Jandaíra, 2023. Livro digital. Disponível em: Amazon Kindle. Acesso em: 22 jul. 2025.

MUNDURUKU, Daniel. A literatura indígena não é subalterna. **Revista Philos**, São Paulo, 2025. Disponível em: https://revistaphilos.com/a-literatura-indigena-nao-e-subalterna-por-daniel-munduruku-2/. Acesso em: 11 out. 2025.

MURA, Fabio. O Tekoha como categoria histórica: Elaborações culturais e estratégias Kaiowa na construção do território. **Fronteiras: Revista de História**, Campo Grande, 2004. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/FRONTEIRAS/article/view/13493/6917/. Acesso em: 13 out. 2025.

SEGATO, Rita Laura. **La crítica de la colonialidad en ocho ensayos**: Y una antropología por demanda. Buenos Aires: Prometeo libros, 2015.

VIDAL, Lux. Iconografia e grafismos indígenas, uma introdução. In: VIDAL, Lux. **Grafismo Indígena**: Estudos de antropologia estética. São Paulo: Edusp, 2000. p. 13-18.

WALDMAN, Thaís Chang. **Entre batismos e degolas**: (des)caminhos bandeirantes em São Paulo. São Paulo, 2018. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-10102018150420/publico/2018_ThaisChangWaldman_VCorr.pdf. Acesso em: 19 out. 2025.

Recebido em:05/09/2025.
Aceito em:04/04/2026 .
Editor responsável: Júlia Maria Hummes.

Lilian Pinto Ramalho
Mestranda em Gestão e Práticas Educacionais (PROGEPE) pela Universidade Nove de Julho (UNINOVE). Graduada em Pedagogia pela Faculdade Sumaré (2011), Artes Visuais pelo Centro Universitário ETEP (2024) e Letras - Língua Portuguesa pelo Centro Universitário Unifacvest (2020). Atualmente, exerce a função de professora na Prefeitura Municipal de Santo André, com experiência consolidada na área de Educação, especialmente no Ensino Fundamental I.
ORCID: https://orcid.org/0009-0008-3817-4088
E-mail: lilianpr19@yahoo.com.br

Márcia Fusaro
Doutora em Comunicação e Semiótica (PUC-SP); Mestra em História da Ciência (PUC-SP); Especialista em Língua, Literatura e Semiótica (USJT). Professora e pesquisadora do Programa *Stricto Sensu* em Gestão e Práticas Educacionais (PROGEPE) e da licenciatura em Letras da Universidade Nove de Julho. Líder do grupo de pesquisa Artes Tecnológicas Aplicadas à Educação (UNINOVE/CNPq). Membro dos grupos de pesquisa Transobjeto (PUC-SP/TIDD/CNPq) e Palavra e Imagem em Pensamento (PUC-SP/COS/CNPq). Membro do CICTSUL (Centro Interdisciplinar de Ciência, Tecnologia e Sociedade), da Universidade de Lisboa. Pesquisa as interfaces epistemológicas entre educação, comunicação, arte e ciência.
E-mail: marciafusaro@uni9.pro.br

REVISTA DA FUNDARTE

Volume 2026
ISSN 2319-0868

Creative Commons Não Comercial 4.0 Internacional de Revista da FUNDARTE está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional. Baseado no trabalho disponível em https://seer.fundarte.rs.gov.br/index.php/RevistadaFundarte. Podem estar disponíveis autorizações adicionais às concedidas no âmbito desta licença em https://seer.fundarte.rs.gov.br/

RAMALHO, Lilian Pinto; FUSARO,Márcia. DE ALMAS E ÁGUAS KUNHÃS: RESITÊNCIA E IDENTIDADE INDÍGENA NO BRASIL. **Revista da FUNDARTE**. Montenegro, Volume 2026, Ano 2026. Disponível em: https://seer.fundarte.rs.gov.br